

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: FOLHA DE S. PAULO Class.: 760

Data: 20/09/84 Pg.:

Exonerado presidente da Funai e já nomeado substituto



Marabuto, o novo presidente

Do Sucursal de Brasília
O presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, foi exonerado ontem do cargo que ocupava desde o dia nove de maio. O novo presidente, Nelson Marabuto, tomou posse ontem mesmo no gabinete do ministro do Interior e hoje, às 8 horas, mantém sua primeira reunião de trabalho com 60 índios que se encontram em Brasília.

Jurandy recebeu a notícia de sua exoneração por um repórter do Palácio do Planalto, às 14h30. Em seguida, ele concedeu entrevista afirmando que foi demitido por se ter recusado a assinar portaria regulamentando o decreto presidencial que autoriza às empresas mineradoras particulares a pesquisa e lavra de minérios em áreas indígenas.

"Saio daqui de cabeça erguida. Fui demitido por não ter assinado a

portaria. Nós sabemos que os nambiquara já derrubaram um presidente da Funai, os índios do Xingu derrubaram outro e agora sabemos que as mineradoras derrubaram mais um presidente", afirmou Jurandy, minutos antes de deixar seu gabinete.

No gabinete, xerentes, xavantes, canelas e terenas se comprimiam, esperando a chegada do decreto de exoneração. Ao ser lembrado que os índios poderiam fazer qualquer movimento em seu favor, Jurandy declarou: "Não permitirei nenhum movimento pela minha permanência. Isso só tumultua e cria confusão. Não aceito isso."

Por sua vez, o ministro do Interior, Mário Andreazza, ao anunciar a demissão de Jurandy Fonseca, justificou o afastamento dizendo que o presidente da Funai não merecia mais a confiança do Governo. Andreazza afirmou também que o decreto de mineração não é um problema porque está previsto no Estatuto do Índio. "O presidente foi demitido — disse o ministro — porque deixou de merecer a nossa confiança, uma vez que tratou inadequadamente um problema administrativo, particularmente o decreto que é um ato do presidente da República." Andreazza informou ainda ter pedido, pessoalmente, o afastamento de Fonseca.

Como presidente da Funai, Nelson Marabuto disse que pretende manter a mesma equipe de indígenas e sertanistas escolhida por Jurandy Fonseca. Permanecerão no cargo também os índios Marcos Terena, como chefe de gabinete, Megaron, diretor do Parque do Xingu, e Daniel Coxini, diretor do Parque do Araguaia. Ainda ontem à noite, Marabuto se reuniu com os principais

assessores em sua casa. Ele pretende agilizar o órgão, criando novas delegacias, porque acha inadmissível a existência de uma delegacia como a de Recife, com responsabilidade de 26 mil índios de todo o Nordeste. Marabuto pretende criar uma delegacia em Salvador para distribuir as tarefas. Quanto ao problema de mineração, Marabuto pretende reestudar a regulamentação do decreto e ontem afirmou não ter recebido nenhuma pressão para assinar a portaria.

"Se temos tantos minerais que podem ser explorados em 99 % do território nacional, por que explorá-los em 1 % das terras indígenas?" A indagação foi feita pelo candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, que considerou uma "atitude honrada" a saída de Jurandy.

Maluf comentou ainda a substituição de Fonseca por Marabuto, que foi afastado da Polícia Federal em São Paulo quando era governador do Estado, por ter detido o Prêmio Nobel da Paz, Peres Esquivel.

A substituição na Funai foi anunciada no exato momento em que o deputado-cacique Mário Juruna deixava o gabinete de Calim Eid, depois de uma conversa de 45 minutos. Juruna justificou o encontro dizendo que foi pedir a Calim e Maluf que intercedessem junto ao ministro do Planejamento, Delfim Netto, para que libere verbas à Funai.

Durante a entrevista, o deputado comentou que estava pronto para assumir a Funai, desde que a Câmara aprovasse projeto permitindo a parlamentares que se licenciem para ocupar cargos do Executivo no segundo escalão.

Tadashi Nakagomi

Jurandy Fonseca provocou seu afastamento

MEMÉLIA MOREIRA

Repórter do Sucursal de Brasília

O afastamento de Jurandy Fonseca foi provocado por ele mesmo. A não assinatura do decreto de regulamentação sobre as mineradoras foi apenas um pretexto. Cansado de dirigir a Funai, Fonseca já dava demonstrações de desinteresse pelo órgão há mais de um mês. Ele conhecia o decreto de mineração, sabia ser uma questão nevrálgica e não havia nenhuma pressão em mexer no assunto. Fonseca poderia chegar ao fim do Governo, se quisesse, sem levantar o problema da mineração. Preferiu polemizar e, desta forma, sair da Funai de forma honrosa, como aconteceu.

Mário Andreazza também teria assimilado o problema caso fosse colocado de forma discreta ou "adequada", como lembrou o ministro. Mas a questão foi colocada em forma de desafio com uma frase bombástica ("Não quero passar à história como genocida de grupos indígenas.") A palavra "genocídio" é estigmatizada pelo Governo desde os tempos do presidente Médici e foi tomada como ofensa. A partir daí, os ingredientes da demissão estavam preparados.

Ao lado disso, o ex-presidente da Funai se isolava cada dia mais de seus principais assessores, que começavam a buscar uma "solução doméstica" para o caso do afastamento. A solução doméstica veio com

a indicação de Nelson Marabuto que, em três meses, conquistou a confiança dos sertanistas.

Na busca dessa solução, o próprio Jurandy ajudou. Ele realmente estava cansado do cargo e não queria se desgastar politicamente. Apostando na vitória de Maluf, seu candidato, Jurandy deixa uma porta aberta para voltar ao órgão, caso seu candidato vença no Colégio Eleitoral.

A nomeação de Marabuto também traz conotações políticas. Andreazza não desconhece o nível de relacionamento entre o novo presidente da Funai e o candidato do PDS. Não foi provocação, mas foi uma forma de mostrar que tem poderes para escolher seus auxiliares.

História da demissão está mal contada

TARSO DE CASTRO

Articulista do "Folha"

* Podem tomar nota de uma coisa: a história da mudança da presidência da Funai está muito, mas muito mal contada mesmo. Sai Jurandy Marcos da Fonseca e entra Nelson Marabuto, não é mesmo? Mas é uma coisa tão simples, apenas burocrática? Ora, talvez vocês não se lembrem, mas justamente o sr. Marabuto esteve envolvido até a cabeça na prisão de Esquivel em São Paulo. Este é apenas um dado. Vejamos outros: vocês sabiam, por exemplo, que na semana passada o jornal "O Globo", num raro editorial assinado pelo doutor Roberto Marinho, defendia a total invasão da área indígena pelas companhias mineradoras internacionais? Pois defendeu com tanta ênfase tal teoria o nosso doutor Roberto que o ato simplesmente teve a oportunidade de conferir-lhe, entre os indigenistas e pessoas decentes, o carinhoso apelido de "General Custer Barroco". E Custer, como se sabe, tinha uma frase bastante interessante que nortearia toda a sua existência, até o derradeiro momento:

— "O único índio bom é o índio morto."

* Pois bem: raras vezes na história do mundo se terá assistido ao extermínio de toda uma raça como o que se viu acontecer no Brasil. Volta e meia se fala em alterações das condições políticas aplicadas contra esses nossos avós vítimas da violência civilizada e acabamos por sentir no ar imensas declarações de amor ao índio. Num momento seguinte as coisas se alteram e mais uma vez o primeiro habitante desta terra é tratado como se nada lhe fosse devido. Vai daí a exoneração de Jurandy Marcos da Fonseca que, segundo o ministro Mário Andreazza, teria sido afastado por "comportamento inadequado". Ora, é melhor deixar a brincadeira de lado, ministro: Jurandy foi afastado pelo simples fato de que, há 10 dias, deixou bem claro, tanto para Andreazza como para escalões superiores, que sua consciência não lhe permitiria fazer o jogo que permitisse a invasão da área indígena de uma maneira brutal.

* Terá sido precipitação do ex-presidente uma tomada de posição deste tipo? É evidente que não — mesmo porque os ocupantes de tal cargo acabam por sensibilizar com a realidade objetiva do estrangulamen-

to do índio. No mais, os dados atuais mostram o horror que tal invasão significaria. Vejam vocês que a maior parte das tribos não conta com mais de 300 sobreviventes. No outro lado da história, qualquer pessoa que saiba o mínimo a respeito do assunto entende que uma companhia de mineração jamais envolve menos de 400 pessoas atuantes e bem armadas. Isto não representa uma bela vantagem? No mais, é preciso não esquecer que nada menos de 2.400 pedidos de invasão da área indígena estão em andamento neste momento. Não são dados bastante claros a respeito do que isto significará? Se alguém ainda não adivinhou, trata-se de um massacre exterminador.

* Ah, sim: o ministro Andreazza afirma que o nome indicado contou com a aprovação do deputado Mário Juruna. E daí? O que é que os índios sem gravador têm com o fato de Paulo Salim Maluf ter faturado um voto a mais? Enfim, no jornal da TV-Manchete, na noite de ontem, o candidato do PDS demonstrou sua alegria com a substituição e afirmou: "Está na hora de se abrir a área indígena à mineração. E hora do índio também contribuir." Formidável.



No gabinete de Jurandy, xerentes e xavantes esperavam a chegada do decreto da exoneração

Marabuto estava em disponibilidade desde 82

Banco de Dados

O delegado Nelson Marabuto Domingues, carioca, 47 anos, é bem conhecido em São Paulo, onde dirigiu, durante quatorze meses, a Superintendência da Polícia Federal. Seu afastamento, em fins de fevereiro de 1981, consumou-se poucos dias após um desentendimento com o então governador Paulo Maluf, sobre a convocação do Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel para ser aditado na sede da Polícia Federal na Capital. Além disso, ainda não se assentara a poeira do escândalo financeiro que ficou conhecido como "caso Tieppo", estando o delegado na iminência de divulgar nomes de "figuras" envolvidos no caso, entre os quais haveria amigos do governador.

Entre Maluf e Domingues havia uma indisposição conhecida, devida a

dois incidentes — um na primeira semana de gestão do delegado — em que o titular da Polícia Federal no Estado não cederia a pressões do Palácio dos Bandeirantes. O Ministério da Justiça, procuraria, porém, minimizar a influência de Maluf no episódio, alegando que a demissão, feita "a pedido", visava a evitar que Domingues se tornasse "alvo preferencial" da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, contra a qual havia levantado suspeitas de cunho ideológico.

Para prestigiar o delegado — e, em consequência, o próprio Departamento de Polícia Federal —, o ministro Abi Ackel o nomearia diretor da Divisão de Ordem Política e Social (Dops) do órgão, após um remanejamento de cúpula. No início de junho de 1982, seria promovido à assessoria de Planejamento do DPF, mas em

virtude de declarações à imprensa perderia o posto uma semana mais tarde, ficando desde então em disponibilidade.

O novo presidente da Funai começou sua carreira na Guarda Especial de Brasília, onde atingiu a patente de 1º tenente R/2 de Cavalaria. Ingressou na Polícia Federal em 1960, exercendo as funções de perito criminal, censor federal e delegado, tendo dirigido a Divisão de Comunicação Social do órgão. De 1976 a 1979 foi coordenador de "Operação Café" no Estado do Paraná, sendo transferido com as mesmas atribuições para São Paulo, onde assumiria o cargo de superintendente a 7 de janeiro de 1980. É formado em Direito pela Universidade de Brasília e possui extenso currículo de especialização policial, incluindo cursos nos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Costa Rica e Canadá.